

POR UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA: UMA CARTA PARA ESPERANÇAR JUNTOS(AS)

Denis William Gripa¹
Charles Immianovsky²

Blumenau/Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2025.

Professoras e professores,

Esta é uma carta em defesa à coletividade, um chamado para que professoras e professores trabalhem juntos(as), estejam juntos(as), lutem juntos(as), resistam juntos(as)... pedagogicamente, dialogicamente construindo projetos interdisciplinares e democráticos de educação: o nascedouro (e vivedouro) de escolas democráticas. Um tipo de escola verdadeiramente preocupada com a educação democrática: aquela que não pode ser construída senão por práticas educacionais que se estruturam na cooperação, na colaboração e na desnaturalização do poder dominante; que valoriza professoras e professores e que combata as diferentes formas de opressão que excluem e já excluíram tantas crianças e jovens da escola. Uma educação que não domestica nem subjuga, mas que liberta e empodera.

Esta carta é um chamado à existência e resistência dessa escola e dessa educação. E, por isso, um convite ao diálogo com aqueles e aquelas que podem fazê-las existir. Por isso, nesta escrita, nós, autores-professores, nos desafiamos a narrar mais do que prescrever, desejando que, nesse gesto e nesse esforço, se abram brechas (ou espaços) para que outras

¹ Doutorando em Educação em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. E-mail: denisgripa@hotmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade Regional de Blumenau - FURB. Professor de EBTT no Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna. E-mail: charles.revisor@gmail.com

educadoras e outros educadores possam se inserir. Tendo em Paulo Freire uma figura central em nossas andanças pela educação e pela vida, acreditamos em uma educação libertadora que se faz no encontro – de pessoa a pessoa, de chão a chão – espalhando e semeando a esperança, sempre guiados pela ideia que “enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica” (Freire, 1997a, p. 5).

Narrar, portanto, é deixar-nos atravessar pelo encontro entre o que somos como sujeitos no mundo e (o que nos tornamos) como educadores, pois, como nos diria Freire (2002) nos movemos na educação apenas porque, antes de tudo, nos movemos na vida como gente. Gente que aprende e ensina, que luta e sonha, que denuncia e anuncia, e que sobretudo, insiste em esperar. Dito isso, a construção dessa carta é atravessada por nossas vivências em sala de aula, pelas nossas lutas sindicais e por nossos estudos na academia, bem como pelos diálogos estabelecidos nesses lugares em que nos cruzamos, ora espaços físicos, ora encontros conceituais, e que hoje se materializam neste texto, compartilhado com você, caro(a) leitor(a)-texto. Desejamos que você também se encontre nele, pois acreditamos que, nesse movimento de contar, talvez reverberem outras histórias: aberturas para que mais professoras e professores possam contar as suas, para se somarem às nossas.

E de outra forma não poderia ser, porque não há escola ou educação verdadeiramente democráticas sem espaço para que outras(os) possam ser e existir. Entendemos que fazer uma escola e uma educação (mais) democráticas não se resume a falar e tratar de conteúdos sobre democracia, mas a colocar em funcionamento processos democráticos e romper com as relações de poder hierarquizadas e dominantes. Assim, conteúdo e forma deste texto se erguem em defesa da coletividade como caminho e lugar da escola e da educação democráticas. E no que tange a forma, para fins de melhor compreensão de nossas teses e de maior fluidez para o diálogo aqui proposto, apresentamos a seguir quatro chamados. Gostaríamos que as professoras e os professores leitores desta carta não tomem estes chamados como prescrições, mas como convites, convites à reflexão e ao diálogo conosco e com nossas ideias.

Professoras e professores, fazemos o primeiro chamado à educação democrática: o debate sobre esta educação continua urgente para as escolas brasileiras.

Tal urgência se apresenta porque, por um lado, o processo de redemocratização do Brasil, após vinte e um anos de Ditadura Militar (1964–1985), culminou na formulação da

Constituição Federal de 1988 (também conhecida como Constituição Cidadã), mostrando que o país, ao longo de sua formação, optava pela democracia, legando-nos, sob o princípio democrático, o direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade e a luta pela efetivação dessa educação. Por outro, após mais de três décadas da redemocratização do país, autores(as), pesquisadores(as), professoras e professores (Motta; Frigotto, 2017; Cunha, 2017; Ferretti; Silva, 2017), representações e associações de classe e entidades sindicais, a exemplo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)³ denunciaram e repudiaram um conjunto de alterações constitucionais e reformas educacionais impostas à sociedade brasileira que colocaram em suspensão conquistas marcadas com esse processo. Tal período foi marcado por um recrudescimento conservador, particularmente no ciclo pós-golpe de estado de 2016, que afetou diretamente as políticas públicas e colocou em suspensão princípios educacionais basilares. Esse contexto reacionário nos alertou para a importância da permanente luta pela defesa de uma escola pública e democrática, uma luta que, mais do que resistência, é a afirmação de um projeto de sociedade e de humanidade comprometido com a justiça social.

Recordemos os enfrentamentos. Denunciamos a chamada “PEC do Fim do Mundo” e a Lei nº 13.365, de 29 de novembro de 2016, que, juntas, impediram o financiamento de novas políticas educacionais e a ampliação ou manutenção de muitas já existentes: a primeira, por congelar por vinte anos os gastos públicos direcionados à educação e demais áreas sociais; a segunda, comprometeu os investimentos na educação ao aprovar a privatização do Pré-Sal e do Regime de Partilha. Lutamos contra a aprovação da Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, a qual chamamos de contrarreforma do Ensino Médio e criticamos a descontinuidade do processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a restrição à participação ampla de pesquisadores(as), especialistas, entidades e associações, denunciando um processo pouco transparente na elaboração do documento e a fragmentação da sua estrutura. Dessa forma, denunciemos a íntima relação entre a imposição da Reforma do Ensino Médio e o processo descontínuo e a fragmentação relacionados a elaboração da BNCC para impor o propagado “Novo” Ensino Médio, e com ele, nada de novo, mas a retomada de um modelo de escola dualista, impondo uma educação que, além de não ser a mesma e nem igual para todas e todos, foi reduzida ao mínimo.

³ No *site* ANPEd há um link que dá acesso a um acervo de notas de repúdio dessas associações e entidades, especialmente sobre a Reforma do Ensino Médio. Disponível em: <https://anped.org.br/1868-news/>. Acesso em: 29 out. 2025.

Denunciamos, ainda, a organização Escola “sem” Partido e as diversas tentativas da organização para legalizar o chamado Programa Escola “sem” Partido, e combatemos seu discurso reacionário de caráter “antipolítico e antidemocrático” (Penna, 2018), pautado no ódio as professoras e professores, propagado por seus apoiadores e apoiadoras. Insistimos, denunciando que a despeito do enfraquecimento e da desarticulação da organização Escola “sem” Partido, percebido no início de 2020, é fato que os efeitos produzidos pelo discurso da organização ainda estão pulverizados, mostrando que independem da aprovação ou não do Programa Escola “sem” Partido ou da já declarada inconstitucionalidade deste. Indícios disso foi a recente Lei Nº 18.637, do Estado de Santa Catarina, sancionada em 8 de fevereiro de 2023, a qual tem na sua constituição as ideias e intenções do Programa Escola “sem” Partido, mas que aparecem veladas no próprio nome da lei aprovado com o nome de “Semana Escolar Estadual de Combate à Violência Institucional Contra a Criança e o Adolescente” (Santa Catarina, 2023).

Aprendemos-ensinamos mais uma vez que este contexto reacionário que se manifestou na recente história do Brasil, nos mostrou que princípios educacionais basilares demarcados pela Constituição Federal de 1988 necessitam ser constantemente defendidos e reafirmados, fortalecidos pelo debate sobre educação democrática. Fazemos uso das palavras de Giroux (2025, p. 136, tradução nossa) para mencionar que “enquanto a democracia treme à beira do abismo, com seus alicerces abalados em todo o mundo, a educação surge como o coração da luta – um pulso que pulsa com a promessa de liberdade e a resiliência do conhecimento e do empoderamento”.

Professoras e professores, é preciso estarmos vigilantes para denunciarmos o obscurantismo que ronda a educação. Mesmo quando o tempo é escuro e o horizonte parece incerto, seguimos em canto e em luta porque o sol há de raiar, parafraseando o poeta amazonense Thiago de Mello em seu poema que também dá título a sua mais famosa obra, ‘Faz Escuro mas eu canto’ (1965).

Professoras e professores, fazemos o segundo chamado à educação democrática: o ataque à educação pública não é pontual nem isolado – é um projeto.

E como todo projeto, o mesmo tem autoria, porém esta autoria é intrincada e complexa, com duas frentes historicamente distintas articulando-se na contemporaneidade em torno de um mesmo objetivo: o desmonte que enfraquece os princípios democráticos

inscritos na Constituição Federal de 1988, atacando frontalmente a educação pública, esvaziando seu potencial emancipador e reduzindo-a a um espaço de reprodução das desigualdades e de manutenção da ordem social vigente (Ramos; Paranhos, 2022). Uma das frentes, os ultraliberais, é orientada pela lógica da competitividade, da meritocracia e da eficiência, voltando-se prioritariamente à satisfação dos interesses empresariais; a outra, os ultraconservadores e os reacionários, que resgatam a noção de “família tradicional” como eixo de organização social e instrumento de controle moral (idem).

Apple (2002a) aprofunda essa discussão ao situar tal movimento no âmbito do que denomina modernização conservadora, um processo de caráter global que articula diferentes grupos sociais e ideológicos que buscam alianças para terem êxito na intervenção na pauta da política educacional em diversos países: os neoliberais, os neoconservadores, os populistas autoritários e uma fração tecnicista da classe média. Em entrevista concedida a Severo e Estrada (2019), o autor detalha as particularidades desses grupos e as alianças que estabelecem. Os neoliberais defendem a privatização e a competição como mecanismos de eficiência, consideram o Estado inerentemente ineficaz e responsabilizam a escola pública e seus docentes pelo “fracasso” educacional. Os neoconservadores, em contraste, reivindicam um Estado forte no controle cultural, ancorado em uma visão de passado homogêneo e excludente, na qual mulheres, minorias étnicas e pessoas trans são sistematicamente marginalizadas. Já os populistas autoritários reúnem setores religiosos conservadores que atribuem os problemas sociais ao distanciamento da sociedade em relação a uma leitura literal e dogmática da bíblia cristã. Por fim, a fração da classe média tecnicista ocupa posições estratégicas no interior do Estado, especialmente nas áreas de avaliação, testes e padronização, promovendo políticas de responsabilização docente e controle por métricas de desempenho.

Essa composição heterogênea e, por vezes, contraditória, torna o cenário ainda mais complexo: não se trata apenas de uma hegemonia neoliberal, mas de um bloco histórico multifacetado que, apesar das tensões internas, constrói alianças em torno de interesses comuns. Um exemplo dos resultados dessa aliança foi visível na articulação de representantes da organização Escola “sem” Partido com instituições liberais e grupos políticos conservadores, especialmente no ciclo pós-golpe de estado de 2016. Essa articulação, expressou, no contexto brasileiro, esse movimento mais amplo de modernização conservadora que segue influenciando as políticas educacionais e interferindo de forma direta no cotidiano de diferentes escolas. Temos acompanhado, por exemplo, a continuidade

de ataques à professoras e professores feitos por representantes de correntes políticas que constituem esta aliança.

Enquanto professor de Artes Visuais, um de nós, acompanhou mais de perto os recentes atos de denunciamento e censura ao trabalho de uma professora de Arte do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), os quais tentaram criminalizá-la por utilizar como recurso didático o filme ‘O nome da Rosa’ (1986). Ao acompanhar o caso, viu-se o quanto as estratégias utilizadas são perversas, e imediatamente e diretamente danosas à saúde e à atividade docente. Por outro, se viu reafirmada a importância da ação coletiva: dos estudantes da escola à Associação Nacional dos Professores de Artes dos Institutos Federais (Anpaif), se somaram, do chão da escola às redes sociais, atos de enfrentamento e resistência ao denunciamento e censura praticado por aqueles que tentavam criminalizar a prática da professora de Arte do Ifal.

De modo semelhante, na condição de professor de Educação Física, um de nós acompanhou outro episódio que, embora ocorrido em circunstâncias distintas, expressa a mesma lógica de ataque ao fazer docente. Pertencente a um coletivo de professoras e professores de Educação Física dos Institutos Federais (IFs), presenciou uma colega do Instituto Federal Baiano sofrer um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) que resultou em penalidades administrativas à professora. Após três anos de luta judicial, a professora conseguiu anular o PAD sofrido, e na sentença judicial, a magistrada cita a carta de apoio do coletivo supracitado que contou com um grande número de assinaturas em defesa da referida professora, demonstrando a importância da coletividade nas lutas contra práticas administrativas arbitrárias e persecutórias.

Outros exemplos de perseguição ao trabalho docente poderiam ser narrados aqui por nós e por você professora ou professor. Juntos, esse conjunto de narrativas confirmaria a continuidade dos efeitos do discurso reacionário que se projetou e se proliferou no ciclo pós-golpe de estado de 2016. A persistência desses efeitos tem sido e continua tão presente que levou, em 2024, à criação do Observatório Nacional da Violência contra Educadoras/es (ONVE)⁴, numa parceria entre a Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC), sob a coordenação do professor Fernando de Araújo Penna da UFF em maio de 2024. O observatório, mostra-se

⁴ Mais informações em: <https://onve.uff.br/>.

como uma importante estratégia no âmbito da resistência e enfrentamento aos efeitos do discurso reacionário na educação, uma vez que tem atuado para documentar e compreender a dimensão destes efeitos, o que certamente produzirá dados para se pensar ações de enfrentamento à censura, ao denunciismo e a criminalização do trabalho docente. Reconhecer isso é essencial para orientar nossas ações em defesa da educação pública e democrática para todas e todos, uma vez que a valorização de professoras e professores é um dos princípios de uma educação democrática.

Esses relatos de perseguição, somados à criação de iniciativas como o ONVE, revelam que as pressões sobre o trabalho docente não são circunstanciais, mas parte de um projeto mais amplo que tensiona a própria ideia de educação democrática. Tal configuração impõe à educação pública o desafio de desenvolver estratégias de resistência múltiplas, articuladas e integradas, capazes de enfrentar as diversas frentes desse projeto de modernização conservadora. Para tanto, acreditamos, assim como Apple (2002b) na emergência de sujeitos comprometidos com a construção e a defesa de uma educação crítica e verdadeiramente democrática, concebida como um projeto coletivo e solidário de transformação social.

Nesse cenário, reafirma-se a necessidade de que nós, professoras e professores, possamos estar juntos e atuar juntos, de forma solidária e cooperativa, reconhecendo-se como sujeitos históricos capazes de resistir às imposições hegemônicas e de reinventar, no cotidiano escolar, os sentidos da educação pública e democrática. Parece-nos que na partilha, na escuta e na ação coletiva é possível sustentar práticas pedagógicas comprometidas com a emancipação e com a construção de uma escola democrática. E esta ação não prescinde de ser coletiva, pois como Freire (1997a) nos ensina, ter esperança é juntar-se com outras(os) para fazer de outro modo, é reinventar o mundo, é movimento, ação e construção coletiva das possibilidades de transformação.

Aliás, a própria história da educação brasileira nos traz exemplos desta reinvenção da educação pública e democrática que aqui argumentamos. Freire quando esteve à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo entre 1989 e 1991, implementou um conjunto de práticas de gestão com vistas a construção de uma educação democrática, popular e participativa (Franco, 2014). Citamos também a experiência da Escola Cidadã em Porto Alegre, desenvolvida entre 1989 e 2004, um desdobramento do projeto de democratização da cidade de Porto Alegre no contexto das gestões da Administração Popular. O projeto, concebido por uma coligação de partidos de esquerda intitulada ‘Frente Popular’, teve como

principal marca a adoção de princípios da democracia participativa, como o Orçamento Participativo, em que a educação municipal passou a ser pensada coletivamente, envolvendo toda a comunidade escolar nos processos decisórios (Lima e Gandin, 2017).

Professoras e professores, é preciso que estejamos atentos e fortes – parafraseando a música ‘Divino Maravilhoso’ (1969), escrita por Gilberto Gil e Caetano Veloso, e eternizada na potente voz de Gal Costa – para seguirmos em frente e em luta em nossas andanças pela educação...

Professoras e professores, fazemos o terceiro chamado à educação democrática: é preciso revelar e denunciar as propostas reacionárias e antidemocráticas para a educação brasileira, ao mesmo tempo (re)afirmar qual escola e qual educação queremos.

Torna-se urgente não apenas compreender as forças que estruturam a ofensiva conservadora, mas revelar e denunciar as propostas reacionárias e antidemocráticas que buscam esvaziar o caráter público e político da educação, e também anunciar qual escola e qual educação queremos. Nesse sentido, Freire (2000) considera que denúncia e anúncio constituem dimensões indissociáveis de uma mesma práxis, expressando o movimento dialético entre a crítica ao existente e a afirmação do possível. Não há denúncia sem anúncio, assim como não há anúncio sem denúncia, pois essa tensão dinâmica revela não apenas uma correlação de forças, mas um gesto ético e político de dizer a palavra comprometida com a transformação do mundo. Denunciar é desvelar as condições de opressão que configuram a realidade; anunciar é projetar, no horizonte da esperança, a possibilidade de sua superação. Trata-se, portanto, de uma epistemologia da práxis, que compreende o conhecimento como movimento histórico de negação e criação, de leitura crítica do presente e de invenção do futuro.

À luz da pedagogia freiriana, é preciso ir além da denúncia, assumindo a tarefa ética e política de (re)afirmar a escola e a educação que queremos — públicas, democráticas, críticas e comprometidas com a dignidade humana. E para anunciarmos a escola e a educação que queremos, é fundamental que nós, educadoras e educadores comprometidos com a transformação do mundo, permanentemente nos perguntemos: qual é a tarefa histórica do nosso tempo? Em entrevista à Gadotti (2004), Freire fala sobre a necessidade que temos de compreender qual é a tarefa histórica de nosso tempo, e discorre que a melhor maneira de nos integrarmos e nos inserirmos nesse tempo, é assumirmos a história como possibilidade e não como determinação.

Isso implica em concebermos que homens e mulheres constroem a história em circunstâncias concretas, dentro de estruturas já existentes, mas que essas condições não os determinam de forma mecânica; o tempo e o espaço em que vivemos devem ser compreendidos como campos de possibilidade, não como prisões (Gadotti, 2004). Ao conceber a história como possibilidade, reconhece-se também que ela contém limites, mas nunca um destino pré-determinado; o futuro, portanto, não está previamente escrito nem é mera repetição de um presente insatisfatório: ele se constitui à medida que transformamos o agora (idem). É na mudança do presente que se fabrica o porvir, pois a história se faz em movimento, pela ação humana que a reinventa continuamente. Assim, quando assumimos o próprio tempo, descobrimos e enfrentamos as tarefas fundamentais que ele nos impõe.

Para reunirmos e articularmos as diferentes lutas em torno da defesa da educação que queremos, nesse movimento dialético denúncia-anúncio a partir da assunção da história como possibilidade, é necessário também resgatarmos o sonho e a utopia. Freire (1997b) brilhantemente nos lembra que a recusa sistemática destes é a morte da esperança, e um dos desdobramentos das políticas neoliberais é a despolitização da prática educativa e a negação do direito de sonharmos e construirmos nossas utopias. Mas não se trata da utopia que em diversas circunstâncias é vista como sinônimo de algo inalcançável, ilusório ou irrealizável; tratamos aqui da utopia como um compromisso histórico, que não habita o impossível e nem se perde em idealismos, ela é um movimento dialético entre o ato de denunciar o que desumaniza e o de anunciar o que humaniza (Freire, 1979).

Assim, compreendemos que utopia e sonho, e denúncia-anúncio, não se separam, mas se retroalimentam como dimensões constitutivas da práxis transformadora, permeadas pela esperança. Denunciar as formas de desumanização implica manter viva a esperança de que outros mundos são possíveis, e anunciar a escola e a educação que queremos requer sonhar e lutar por sua concretização; a utopia, nesse horizonte, não é fuga da realidade, mas modo de habitá-la criticamente, alimentando o sonho que move a ação e a esperança que a sustenta. Trazemos novamente à baila Giroux (2025, p. 145-146, tradução nossa) para mencionar que “sem esperança, mesmo em tempos difíceis, não há possibilidade de resistência, dissidência e luta (...) A esperança expande o espaço do possível e se torna uma forma de reconhecer e nomear a natureza incompleta do presente”. É no entrelaçamento dessas dimensões — utopia e sonho, denúncia-anúncio — permeadas pela esperança, que se forja a potência política e epistemológica de uma educação verdadeiramente democrática.

Sobre o esperar, os sonhos e as utopias nos tempos de desesperanças, um de nós

investiu nos imbricamentos entre arte e educação; na natureza política que constituem ambas e na dimensão estética que as une e as atravessam. Percebi essa potência estética da arte para a educação democrática movimentando-me entre os livros e os relatos de outros(as) professores e professoras dos diversos IFs sobre suas ações de ensino, pesquisa e extensão no âmbito dessas instituições. Percebi que a arte faz reverberar a educação democrática de diferentes formas nessas instituições, expressando a existência e a resistência da arte e da docência em arte em contexto reacionário (Immianovsky, 2023).

Nesse sentido, afirmo que uma escola realmente democrática não prescinde da arte, pois a arte cria possibilidades de pensar a si e os outros em contextos reais da vida, sejam democráticos ou não. Na arte, pensar e criar são potências de agir no mundo, de tomar para si junto ao coletivo a possibilidade de mudar o seu contexto (Immianovsky, 2023). Nessa mesma direção, enquanto sujeito pertencente ao coletivo de professoras e professores de Educação Física dos IFs, um de nós vem pesquisando como a coletividade nesse referido espaço é um território de construção de uma outra educação e, por conseguinte, uma outra Educação Física, ampliando as possibilidades de resistência em defesa de educação pública e democrática. Nós, autores-professores que nos encontramos presencialmente em diversos espaços como escolas e sindicatos, partilhando não apenas nossas visões de mundo e de educação, mas também nossas lutas, sonhos e utopias, hoje nos encontramos nessa carta, que, fruto de nossos encontros, diálogos e reflexões, percebemos que assim como nós, professoras e professores tanto de Artes como de Educação Física nos IFs, tem insistido em, juntos(as), esperar, sonhar e acreditar nas utopias.

Professoras e professores, sabemos que nos últimos anos fomos empurrados para a reatividade. Foram tantos ataques à educação que por vezes beiramos a acreditar que não há outra coisa a se fazer, que não seguir apenas defendendo o que temos sem perspectivas de lutas que nos permitam avançar. Porém, é preciso e necessário anunciarmos a escola e a educação que queremos, e nesse sentido, reafirmamos que a defesa da educação pública, e democrática exige que retomemos a esperança como verbo, a utopia como horizonte e a denúncia-anúncio como método ético-político de leitura e reinvenção do mundo. Em tempos de desencanto e ofensiva conservadora, sonhar coletivamente é um ato de resistência e esperar é uma forma de luta.

Como nos traz o poeta Sergio Vaz em seu poema 'Novos dias' (2011), para alcançar utopias precisamos enfrentar a realidade, e por mais que as manhãs de sol sejam tão lindas, também é preciso trabalhar nos dias de chuva; é necessário abrir os braços, segurar a mão de

quem está na nossa frente e puxar pela mão quem estiver atrás de nós. Professoras e professores, sigamos, mas sigamos juntos(as)!

Professoras e professores, fazemos o quarto chamado à educação democrática: é preciso (re)afirmar nosso papel central na busca por essa educação.

O discurso reacionário que vimos proliferar no campo político e educacional brasileiros, do qual algumas e alguns de nós fomos vítimas, ou conhecemos colegas que o foram, conduz-nos a esta conversa; alerta-nos e chama nossa atenção também para a importância e a necessidade de afirmar nosso papel central nas escolas e na educação de um país e que professoras e professores trabalhem juntos(as), resistam juntos(as), lutem juntos(as), estejam juntos(as) nessa tarefa.

Recordemos que o ataque sistemático ao patrono da educação brasileira, Paulo Freire, realizado pela organização Escola “sem” Partido, foi simbólico e estratégico para criminalizar professoras e professores – uma tentativa de diminuir seu papel e seu valor – e para deslegitimar o pensamento crítico. Buscou-se o silenciamento à obra de Paulo Freire e com este uma estratégia para calar o movimento democrático da educação no Brasil. No ataque, uma falácia: ‘o pai da doutrinação de esquerda’. Contudo, como sabemos, o postulado freiriano nada tem de doutrinador. Afinal, como acusá-lo de doutrinador se sua pedagogia denuncia a imposição e a opressão?

Sem dúvida, o avanço recente da extrema direita no cenário político brasileiro – e das práticas autoritárias a ela associadas –, ainda que de forma paradoxal, impulsionou o debate em torno da obra freiriana, reforçando a necessidade de reafirmar os fundamentos epistemológicos da educação libertadora sistematizada por Paulo Freire como referência para pensar a vida escolar e fortalecer a pedagogia crítica. Diante da ascensão global de tendências autoritárias e das investidas contra o pensamento crítico, obras de Freire como ‘Pedagogia do oprimido’ (1987), escrita sob o peso da repressão política que assolava o Brasil dos anos 1960, revela-se ainda mais atual. Revisita-la talvez seja um convite importante.

Para que nós, professoras e professores engajados com a construção coletiva das possibilidades de transformação do mundo, possamos (re)afirmar nosso papel central na busca pela educação democrática, não há como fugirmos do caráter político da mesma. Freire (2002, p, 56) nos traz que “a educação não vira política por causa da decisão deste ou daquele educador. Ela é política”, e assim sendo, nos cabe uma decisão: de que lado da história desejamos nos colocar?

Por isso, precisamos reafirmar: ensinar é sempre um ato político, e assumir a dimensão política da educação é reconhecer que nossas práticas cotidianas são parte da disputa pelos sentidos do mundo. Cabe-nos, portanto, em meio às sombras do autoritarismo e às tentativas de silenciar o pensamento crítico, transformar a sala de aula em espaço de diálogo, de produção de sentidos e de resistência às lógicas que desumanizam. Reafirmar Paulo Freire, hoje, é muito mais do que defender um autor: é defender o nosso ser-professor(a). É sustentar o direito de sonhar coletivamente, de falar e de pensar o mundo em sua complexidade. É (re)afirmar o lugar central que ocupamos e devemos ocupar em cada escola. É recusar o silêncio imposto e apostar na força do esperar, caminhando com outras e outros, inventando saídas e reencantando o mundo pela potência do encontro e da partilha. Porque, se a educação é política, que seja, então, política da esperança, da solidariedade e da vida.

Como canta Milton Nascimento na canção ‘Coração civil’ (1983), é preciso querer a utopia, querer tudo e mais, sustentando o sonho coletivo de um mundo mais justo, fraterno e solidário; é ter um coração civil, aberto ao outro e à esperança, que não se acomoda diante do medo e não se curva ao silêncio. Reafirmar o papel do professor é insistir em cantar, em partilhar sonhos e construir utopias, e em fazer pulsar – a educação e a democracia.

Professoras e professores, ao caminhar para o final dessa carta-conversa, gostaríamos de reforçar que nossa intenção é a da ação-reflexão, da mobilização coletiva em prol dessa educação que queremos, pública e democrática. Porém, também reconhecemos as inúmeras dificuldades que vivemos hoje, nos diferentes espaços e contextos em que estamos inseridos(as). Em nossos cotidianos nas escolas, estamos sempre com uma imensidão de demandas para dar conta, das quais a preparação didática e as aulas ministradas muitas vezes perdem espaço para a crescente burocratização do trabalho pedagógico. Burocracia que, conforme nos lembra Weber (2000), é uma das formas mais eficazes de dominação. Soma-se a isso o crescente cenário de precarização do trabalho docente, em que por vezes nos dividimos entre duas (ou mais!) escolas em contratos temporários para compor ou complementar a renda, os atravessamentos tecnológicos com o aumento da ‘plataformização’ do ensino, e a ausência de uma infraestrutura adequada das escolas.

Porém, é imprescindível que nós, professoras e professores comprometidos com uma educação pública e democrática, desenvolvamos uma compreensão crítica das realidades em que estamos inseridos(as), reconhecendo que nossa prática se inscreve em um contexto histórico marcado por disputas de poder, desigualdades e contradições, e que nos posicionarmos diante desse cenário é imprescindível. E nesse sentido, Freire (2000, p. 24) já

nos dizia que “lavar as mãos diante das relações entre os poderosos e os desprovidos de poder [...] é reforçar o poder dos poderosos”. Só conhecendo o mundo em sua historicidade, contradições e injustiças é que torna-se possível transformá-lo, e essa transformação não prescinde de uma ação reflexiva e comprometida que busca compreender o real para intervir nele, escolhendo de que lado da história desejamos nos colocar.

Professoras e professores, é preciso estarmos nas ruas, no nosso bairro, porém de olho no mundo – parafraseando o rapper brasileiro BK’ em um dos versos de sua canção ‘Castelos & Ruínas’ (2016). Que possamos, juntas e juntos, estarmos nas ruas e nas escolas ocupando os espaços públicos com coragem e compromisso, disputando sentidos e afirmando a educação que queremos.

Palavras-chave: Educação; Democracia; Educação Democrática.

REFERÊNCIAS

- APPLE, M. Podem as pedagogias críticas sustar as políticas de direita? Tradução de Maria Lúcia Mendes Gomes, Regina Thompson e Vera Luiza Visockis Macedo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 107-142, jul. 2002a. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14401.pdf>. Acesso em: 27 set. 2025.
- APPLE, M. Interromper a direita: realizar trabalho educativo crítico numa época conservadora. **Currículo sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p. 80-98, 2002b. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CurriculosemFronteiras/2002/vol2/no1/5.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2025.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/douconstituicao88.pdf. Acesso em: 22 out. 2025.
- BK’. **Castelos & ruínas**. Intérprete: BK’. Rio de Janeiro: Pirâmide Perdida, 2016. 1 disco sonoro. Faixa do álbum Castelos & ruínas.
- CUNHA, L. A. Ensino Médio: atalho para o passado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 373-384, abr./jun. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017176604>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/sRgNLFXFPBvWCYggFhcBmYm/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2025.
- FERRETI, C. J.; SILVA, M. R. da. Reforma do ensino médio no contexto da Medida Provisória Nº 746/2016, currículo e disputas por hegemonia. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 385-404, abr./jun. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017176607>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LkC9k3GXWjMW37FTtfSsKTq/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 30 out. 2025.

FRANCO, D.S. A gestão de Paulo Freire à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989 - 1991) e suas consequências. **Pro-Posições**, Campinas, v. 25, n. 3, p.103-121, dez. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pp/a/DstDxKRdPqn98qwyMxLYn5p/?format=html&lang=pt>

Acesso em: 30 jan. 2026.

FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997a.

FREIRE, P. Denúncia, anúncio, profecia, utopia e sonho. In: BRASIL. Senado Federal. **O Livro da profecia: o Brasil no Terceiro Milênio**. Brasília: Senado Federal, 1997b, p. 669-686.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, M. A educação neste fim de século: Moacir Gadotti em conversa com Paulo Freire. In: GADOTTI, M. **Convite à leitura de Paulo Freire - Pensamento e Ação no Magistério**. 2ª ed. São Paulo: Editora Scipione, 2004.

GIL, G.; VELOSO, C. **Divino maravilhoso**. Intérprete: Gal Costa. Rio de Janeiro: Philips, 1969. 1 disco sonoro. Faixa do álbum Gal Costa.

GIROUX, H.A. Paulo Freire's Legacy and Critical Pedagogy in Dark Times'. **Policy & Practice: A Development Education Review**, Belfast/Irlanda do Norte, v. 40, Spring, p. 136-149, 2025. Disponível em: <https://www.developmenteducationreview.com/issue/issue-40/paulo-freire%E2%80%99s-legacy-and-critical-pedagogy-dark-times>. Acesso em: 29 out. 2025.

IMMIANOVSKY, C. **existiResistir: arte e educação democrática nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em contexto reacionário**. 2023. 304 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2023. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13488723. Acesso em: 3 nov. 2025.

LIMA, I.G.; GANDIN, L.A. Justiça social na educação: pressupostos e desdobramentos práticos. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, p. 929-941, set./dez. 2017. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/10019/209209213060>

Acesso em: 30 jan. 2026.

MELLO, T. **Faz escuro, mas eu canto: porque a manhã vai chegar**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MOTTA, V.C; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 355-372, abr./jun. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017176606>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/8hBKtMRjC9mBJYjPwbNDk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2025.

NASCIMENTO, M.; BRANT, F. **Coração civil**. Intérprete: Milton Nascimento. In: Milton Nascimento ao vivo. Rio de Janeiro: EMI, 1983. 1 disco sonoro. Faixa 5.

PENNA, F.A. O discurso reacionário de defesa do projeto “Escola sem Partido”: analisando o caráter antipolítico e antidemocrático. **Quaestio**, Sorocaba, v. 20, n. 3, p. 567-581, dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22483/2177-5796.2018v20n3p567-581>. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/3240>. Acesso em: 18 nov. 2025.

RAMOS, M; PARANHOS, M. Contrarreforma do Ensino Médio: dimensão renovada da pedagogia das competências? **Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 34, p. 71-88, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1488>. Acesso em: 27 ago. 2025.

SANTA CATARINA. Lei Nº 18.637, de 8 de fevereiro de 2023. Altera o Anexo II da Lei nº 17.335, de 2017, que “Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para instituir a Semana Escolar Estadual de Combate à Violência Institucional Contra a Criança e o Adolescente. **Diário Oficial de Santa Catarina**, Florianópolis, SC, n. 21.958, p. 1, 09 fev. 2023.

SEVERO, R.G.; ESTRADA, R.D. Entrevista com Michael Apple. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 35, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/CNdqd9DBbLFQKXN7yQmBNDj/?format=pdf>. Acesso em: 18 nov. 2025.

VAZ, S. **Literatura, pão e poesia**. São Paulo: Global Editora, 2011.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4. ed. Brasília: UnB, 2000.